

ANÁLISE DA COBERTURA DA TRIAGEM AUDITIVA NEONATAL NO ESPÍRITO SANTO DE 2010 A 2018

Bárbara Reis do Nascimento, Cinthia Lemos Belo, Pâmela Rodrigues dos Santos, Margareth Attianezi Bracet.
Universidade Federal do Espírito Santo – ES.

DESCRIPTORIOS: Saúde coletiva, Saúde Pública, Epidemiologia.

INTRODUÇÃO: No Brasil, a população de surdos é de 9,7 milhões de pessoas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou que 14% da população brasileira tinha alguma deficiência auditiva em 2010. No estado do Espírito Santo (ES), 5.110 pessoas são deficientes auditivas, sendo 2.595 mulheres e estando a maior concentração de indivíduos no Município de Vitória (n=501)¹. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% da população mundial tem algum grau de deficiência auditiva. A Lei no 12.303 – Teste da Orelhinha, criada em 2010, tornou obrigatória a realização da triagem auditiva neonatal (TAN), por meio do exame Emissões Otoacústicas Evocadas (EOA), em todas as crianças nascidas em maternidades e hospitais no país, com o objetivo de detectar alterações auditivas e possibilitar a intervenção precoce. A TAN é composta por dois exames que devem ser realizados antes da alta hospitalar ou até 30 dias de vida em todos os recém nascidos (RN) no país. O fonoaudiólogo é o único profissional que pode realizar o procedimento da TAN no país. O Ministério da Saúde preconiza que a cobertura deve ser de 100% entre os nascidos vivos².

OBJETIVOS: Analisar a cobertura da TAN no estado do Espírito Santo, desde a implantação da Lei Federal 12.303/10 até o ano de 2018, discutindo as limitações para atingir sua universalização.

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo ecológico observacional, a partir da análise de dados secundários provenientes das plataformas do DATASUS e da SESA.

RESULTADOS: No período analisado foram catalogados 491.463 nascidos vivos e foram realizados 77.288 exames, atingindo a cobertura de 15,72%, valor muito abaixo do preconizado pelo MS. Desse total, 52,54% (n=40.613) foram realizados na Região Metropolitana de Vitória (RMV) e 47,46% (n=36.675) nos demais municípios (DM). Dos 78 municípios do Estado, 65,38% (n=51) não apresentaram nenhum exame realizado no período analisado. Dos 27 restantes, 66,66% (n=18) apresentaram taxa de cobertura inferior a 15%. Apenas 11,11% (n=3) apresentaram cobertura superior a 50%, no entanto, nenhum distrito alcançou a cobertura preconizada. O município com maior taxa de cobertura de TAN foi o município de Itapemirim com 87,43%. Apenas o município de Colatina apresentou exames realizados em todos os anos analisados.

EOA					
EXAMES REALIZADOS					
ANO	NASCIDOS VIVOS	RMV	DM	TOTAL	TAXA DE COBERTURA
2010	51.879	0	406	406	0,78%
2011	53.091	281	1160	1550	27,14%
2012	52.857	1217	5485	6702	16,67%
2013	54.084	2213	4980	7193	13,29%
2014	56.564	4903	4829	9732	17,20%
2015	56.945	7813	3606	11419	20,05%
2016	53.419	8796	4063	12859	24,07%
2017	55.841	9748	4683	14431	25,84%
2018	56.783	5642	7354	12996	22,88%

TAB 01. Divisão anual de nascidos vivos, EOA realizados e cobertura da TAN no estado do Espírito Santo.

PEATE				
EXAMES REALIZADOS				
ANO	NASCIDOS IRDA	RMV	DM	TOTAL
2010	609	0	0	0
2011	668	521 (13,97%)	3208 (86,02%)	3729
2012	649	745 (51,59%)	699 (48,40%)	1444
2013	683	0	331 (100%)	331
2014	672	0	206(100%)	206
2015	779	0	529 (100%)	529
2016	736	21 (3,72%)	543 (96,27%)	564
2017	712	170 (28,67%)	423 (71,33%)	593
2018	817	349 (54,97%)	286 (45,03%)	635

TAB 02. Distribuição da cobertura do PEATE no grupo com IRDA baixo peso ao nascer no Estado do Espírito Santo.

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Nascidos	Cobertura
Afonso Cláudio	0	0	0	0	0	113	38	0	5	3677	4,24%
Alfredo Chaves	0	0	0	0	0	0	0	12	50	1209	5,12%
Anchieta	81	221	20	0	39	0	12	172	165	3513	20,21%
Atílio Vivacqua	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1286	0,07%
Baixo Guandu	0	0	0	268	304	0	0	0	231	3535	22,71%
B. São Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5890	0,01%
C. de Itapemirim	0	0	3366	331	0	0	0	0	0	24828	14,89%
Cariacica	0	0	0	0	477	2014	2107	1585	1798	54539	14,63%
Castelo	0	0	2	1	1	0	0	0	0	3942	0,10%
Colatina	322	928	1230	606	1567	1192	1615	1059	1098	13885	69,26%
D. Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	78	4102	1,90%
Guaçuí	0	0	0	0	0	0	0	0	40	3854	1,03%
Guarapari	0	0	355	404	985	480	756	805	1029	15337	31,38%
Ibatiba	0	0	0	0	0	0	0	0	165	3043	5,42%
Itapemirim	0	0	0	0	500	986	950	1023	828	4903	87,43%
Iúna	0	34	0	167	0	0	0	0	0	3376	5,95%
J. Monteiro	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1273	0,07%
Laranja da Terra	0	0	0	0	0	0	0	0	22	878	2,50%
Linhares	3	4	0	0	0	0	0	0	0	22621	0,03%
Mimoso do Sul	0	82	0	0	36	0	0	0	17	2506	5,38%
Muniz Freire	0	0	81	100	204	65	124	0	0	2171	26,43%
Pancas	0	0	0	0	0	0	0	71	132	2110	9,62%
SG da Palha	0	0	0	0	50	70	0	148	10	3842	7,23%
São Mateus	0	0	757	2889	1651	1317	1301	1736	1511	16265	68,62%
Serra	0	0	0	1016	844	2333	2893	3071	3167	70344	18,94%
Vila Velha	0	0	286	793	2934	2772	3004	4242	2815	57494	29,30%
Vitória	0	281	576	0	140	214	36	45	0	41444	3,11%

TAB 03. Realização de Eoa por município do ES.

CONCLUSÃO: Observa-se que a taxa de cobertura está muito abaixo do preconizado pelo Ministério da Saúde, no entanto, equipara-se a estudos realizados em outras regiões brasileiras³. A universalização da TAN é uma meta de Saúde Pública e, portanto, são necessárias políticas públicas que avaliam as limitações da triagem e busquem torná-la possível.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Censo Demográfico – IBGE. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde – Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal**. Brasília-DF, 2012.
- DIAS, Wellyda Cinthya Félix Gomes da Silva; PASCHOAL, Monique Ramos; CAVALCANTI, Hannallice Gottschalck. Análise da cobertura da triagem auditiva neonatal no Nordeste brasileiro. **Audiol., Commun. Res.**, São Paulo, v.22, e1858, 2017.